

## PROVA ESCRITA ESPECÍFICA (DIREITO CONSTITUCIONAL)

### QUESTÃO 01 (20 PONTOS)

Seria possível o Tribunal de Contas do Estado, mudando a sua interpretação sobre certa norma, rever todas as suas decisões anteriores com base em seu novo entendimento?

Responda, fazendo menção ao princípio aplicável e ao dispositivo constitucional onde se encontra.

### QUESTÃO 02 (20 PONTOS)

À luz da teoria dos direitos fundamentais, comente sobre a constitucionalidade de lei estadual que reserva 20% das vagas das universidades públicas do Estado para negros e pardos, e 20% para egressos de escolas públicas.

### QUESTÃO 03 (20 PONTOS)

a) Qual o procedimento a ser usado junto ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, quando houver clara omissão do Egrégio Tribunal de Contas da União em não oferecer NORMA REGULAMENTADORA a preceito constitucional indispensável para seu cumprimento?

b) Qual o procedimento para se exigir a elaboração de norma regulamentadora quando for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal da administração direta ou indireta excetuada expressamente pela Carta Magna a competência do STF, Órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal?

c) Quando se dará a competência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para apreciar o não cumprimento da exigência constitucional expressa de norma regulamentadora?

### QUESTÃO 04 (40 PONTOS)

A Associação Nacional dos Plantadores de Laranja, organizada em apenas três Estados da Federação, ajuizou, em 2000, ação direta de inconstitucionalidade contra o texto integral do Ato Regimental 1/87, do Tribunal de Contas do Estado X, publicado em 1987. O Ato Regimental tem a seguinte redação:

*“Art. 1º - Fica nomeado, independentemente de concurso público, Fulano de Tal, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº XX.XXX.XXX-XX, para o cargo efetivo de Técnico de Fiscalização, Nível 1, na vaga decorrente do falecimento de Beltrano da Silva.*

*Art. 2º - Este Ato Regimental entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”*

Houve formulação de medida cautelar na supra-referida Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A fundamentação do pedido foi, exclusivamente, a necessidade de lei formal para dispor sobre a matéria.

Na qualidade de Procurador do Tribunal de Contas, formule a minuta das Informações, destacando todas as preliminares.

**Observação: As questões devem ser respondidas em folhas separadas.**